

A Revolução de 1871: construção histórica e cena política*

Milton Pinheiro**

Resumo:

Este artigo avalia as questões que antecederam à Comuna de Paris, especialmente entre março e maio de 1871. Considerada como uma construção histórica, em um período de dualidade de poder (operários, burguesia), a Comuna apresentou padrões de luta, nos momentos da tomada do poder e da transição política do Estado burguês para o Estado Proletário. Tais padrões podem ser percebidos nas várias tentativas de revolução socialista do século XX: a tomada do poder político, as mudanças nas estruturas políticas e institucionais do Estado – reorientadas para uma futura eliminação do próprio Estado. Os fracassos destes embates não invalidam o princípio revolucionário e emancipador das lutas dos trabalhadores, nos diversos momentos históricos.

Palavras-chave: Comuna. Lutas. Revoluções.

A história da França é marcada por lutas pela república, mas a de 1848 seria diferente da de 1830¹. O movimento de 48 apresentará a esperança de transformações sociais e humanas, descortinando as fortes e diferenciadas presenças dos operários e dos camponeses. Todavia, a procura constante da república como possibilidade do sonho da igualdade social esbarrará no projeto da burguesia, que se revestirá do manto da dominação, perderá suas características progressistas e se assumirá como classe dominante, situando-se abertamente no campo conservador.

* Agradeço aos professores Célia Motta, Jair Pinheiro e Lúcio Flávio de Almeida pela leitura e pelas sugestões feitas e incorporadas ao presente texto.

** Professor de Ciência Política da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, pesquisador do Neils (PUC/SP), coordenador do CEMARX/UNEB e editor da revista *Novos Temas*. É autor e organizador dos livros: *K. Marx: intérprete da contemporaneidade* e *Outubro e as Experiências Socialistas do Século XX*, ambos pela editora Quarteto. End. eletrônico: mtpinh@uol.com.br

¹ Em 1830 ocorreram acirradas lutas sociais e políticas na França. A partir das missões “saint-simonianas”, os trabalhadores reivindicaram direitos sociais e avançaram na luta política pela república- como um ensaio de revolução. Todavia, o desfecho desse processo foi a derrota dos trabalhadores e o surgimento da chamada Monarquia de Julho, de Luís Felipe.

O bonapartismo reaparece de forma concreta na história das lutas entre a burguesia e o proletariado na França, confirmando-se como um processo de consolidação das tarefas da revolução burguesa. Trata-se de uma forma política para impedir um novo ascenso das massas, no decorrer das contradições que imperaram na sociedade francesa de 1848 a 1870.

O bonapartismo concretizou-se a partir de um processo político de equilíbrio entre os projetos em disputa, sem que nenhuma das classes ou frações de classe conseguisse a hegemonia social e a capacidade para impor a sua dominação política. Além disso, o bonapartismo apresentou-se como uma alternativa populista de aproximação com segmentos populares, principalmente de articulação com o campesinato, que era base social de extrema relevância.

O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento inesperado. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sobre a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil. O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções (Marx, 1977: 196).

Essa forma política de gerência do Estado definiu as ações necessárias para um projeto de dominação, levando até as últimas conseqüências as medidas e as tarefas da revolução burguesa. Consolidou-se um amplo desenvolvimento capitalista, com o avanço da industrialização, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, a grande urbanização e, inclusive, com a desastrosa aventura de intervir no continente americano, onde tentou colocar um imperador austríaco no trono do México².

Essas ações de afirmação do capitalismo vão ter implicações culturais, sociais e políticas. A burguesia se fortaleceu entre 1850 a 1870 e seus lucros ultrapassaram os 300%, enquanto o salário cresceu apenas 45%.

A partir de 1862, os trabalhadores franceses adquiriram maior conhecimento do que ocorria na Inglaterra. Em contato com o conjunto das lutas do continente, desenvolveram lutas específicas e conquistam algumas vitórias. Em 1864 foi

² Aliada à Inglaterra e à Espanha, a França desenvolveu uma ação imperialista de expansão colonial, em 1861, enviando tropas para o México, para derrubar o governo republicano de Benito Juárez, e coroar o arqueduke austríaco, Maximiliano. A heróica resistência dos mexicanos foi heróica impingiu sucessivas derrotas às tropas invasoras, forçando a retirada das tropas em fevereiro de 1867 (em junho, os guerrilheiros mexicanos prendem e fuzilaram o imperador Maximiliano).

fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)³, com um papel preponderante na organização dessas lutas. Contudo, na França comandada por Napoleão III, sofrerão uma grande repressão política, que culminará na Comuna, muito desorganizada e frágil.

Devido ao conjunto de contradições e concessões da luta política e do avanço do proletariado parisiense, desgasta-se a relação do Estado bonapartista com a burguesia e os setores monárquico/clericais – paralelamente ao descontentamento do campesinato e ao enfrentamento dos trabalhadores. Luís Bonaparte inaugurou na era contemporânea a disputa externa como instrumento político para vencer a disputa interna – um dos fatores que impulsionaram a contenda com a Prússia.

A guerra franco-prussiana já estava anunciada com a derrota da Áustria em 1866 para a Prússia. Bismarck partiu efetivamente para a unificação daquilo que se chamava Prússia, onde criou a Confederação Alemã do Norte, em 1867. Faltava apenas a anexação dos Estados do sul, para se formar o que seria a poderosa Alemanha. A França não queria um Estado agressivo colado em sua fronteira.

Entram em cena aspectos relevantes para a guerra franco-prussiana: os interesses da burguesia prussiana, representada pelos canhões de Bismarck, e o desesperado Napoleão III buscando recuperar o seu prestígio com a burguesia francesa. A derrota da Prússia permitiria ao imperador restabelecer sua força política, reafirmar o seu projeto de dominação burguesa sobre esse país e articular a expansão da França como potência capitalista e imperialista. Este cenário político indicava uma iminente guerra inter-imperialista. Para tanto, bastava o requinte das provocações de teor nacionalista, uma vez que o patriotismo burguês é o último refúgio do canalha, como ficou demonstrado⁴.#

Iniciou-se a guerra franco-prussiana e, no teatro de operações, as tropas francesas mostraram-se taticamente incompetentes, com enorme quantidade de soldados mobilizados mas pouco equipamento bélico. Com esse roteiro, a guerra não se prolongou por muito tempo. Após várias derrotas, chegou-se à batalha final de Sedan, com grande mortandade, o aprisionamento de 100 mil soldados franceses e a prisão do imperador Napoleão III. Em 2 de setembro de 1870, a França estava derrotada e humilhada.

Na novela *O Desastre*, Émile Zola descreve a dramática fuga:

Como uma torrente turva fluía a multidão para os fossos de Sedan, fazendo pensar nos montões de lodo dos pedras que a corrente arrasta do alto das montanhas e leva à profundidade dos vales... Acaso era possível censurar algo a esses infelizes

⁴ Por diversas vezes, Bismarck provocou a França em julho de 1870, sendo bem sucedido quando Napoleão III declarou guerra à Prússia.

que tinham permanecido imóveis, esperando durante doze horas consecutivas, sob os projéteis de um inimigo invisível e frente ao qual sabiam-se impotentes? Agora, as baterias inimigas os dizimavam de frente, dos flancos e pela retaguarda; o fogo cruzado era cada vez mais denso à medida que o exército fugia em procura da cidade. O extermínio, que tinha lugar no fundo do sujo fosso para o qual ia sendo precipitada essa massa humana, era total (Jvostvov & Zubok, 1976: 11).

Com a derrota em Sedan, o bonapartismo fechou o seu ciclo e entrou em colapso. Na França, a repercussão da guerra e a prisão do imperador alimentaram manifestações políticas, forçando o término da monarquia e a formação de um governo provisório no dia 14 de setembro de 1870. Mesmo com a instalação da III República, as lutas continuaram, protagonizadas pelos trabalhadores de Paris, contra a burguesia e a sua aliança retrógrada com seguimentos monárquicos. O relógio da história parece estar sempre em contraste com a harmonia dos conservadores.

Apesar de haver um governo provisório, as contradições sociais e políticas instalaram um vazio político. Os movimentos da história manifestaram-se claramente: as massas demonstravam insatisfação com as condições da derrota, o governo de defesa nacional fracassava na tentativa de acordo com Bismarck e as tropas prussianas estavam nos portões medievais de Paris. Ocorria o levante de Lyon e, na capital da França, as massas trabalhadoras exigiam armas para enfrentar o inimigo. No último dia de outubro, Paris entrava em ação direta contra o governo de defesa nacional, que capitulou no campo de batalha em Metz. Sob lideranças blanquistas⁵, os operários e a guarda nacional formaram uma Comuna, tomaram o palácio municipal, mas foram derrotados e expulsos pelas tropas do governo de defesa nacional. Ainda em 1870, outro levante em Marselha também foi derrotado.

No limiar da bandeira vermelha

O ano vermelho de 1871 começou com o bombardeio de Paris pelos prussianos que, no dia 18 de janeiro, ocuparam Versalhes e proclamaram o império alemão. O governo provisório francês convocou eleições para Assembléia Nacional. Foram eleitos 750 deputados: 450 monarquistas; os demais eram republicanos das

⁵ Louis-Auguste Blanqui (1805-1881) foi um combativo líder revolucionário do século XIX. Teórico centrado no papel da violência, passou 36 anos de sua vida preso e seus seguidores (blanquistas) tiveram importante papel na direção da Comuna. Recai sobre Blanqui a origem do termo, ditadura do proletariado. Ele defendia uma organização clandestina, centralizada, coesa e preparada para tomar o poder.

mais diversas posições. Dos 46 deputados eleitos em Paris, apenas 06 eram aliados do governo provisório. No espaço da luta, permanecia um vazio político, com indefinições e improvisações. As lutas de classe acirravam-se na França, principalmente em Paris. O povo armava-se para combater as tropas prussianas, e o governo provisório formava os 200 batalhões da guarda nacional. Era um momento de profunda divisão de classe. Com o proletariado e a burguesia planejando táticas e estratégias para construir o seu poder, afirmava-se a conjuntura da dualidade de poder.

A AIT havia anteriormente lançado o manifesto escrito por Marx (Londres, 23 de julho de 1870) alertando os trabalhadores da Alemanha e da França para não aceitarem a provocação da guerra, por se tratar de uma ação imperialista. Nesse contexto de confronto, a AIT divulgou outro manifesto (também escrito por Marx) cujo conteúdo solicitava a paz, atacava frontalmente o governo de defesa nacional, mas avisava que seria loucura derrubar esse governo com o inimigo às portas de Paris. Percebe-se a arguta avaliação da conjuntura de Marx, ao defender a integridade física dos trabalhadores, no tabuleiro de uma guerra que ainda não era a deles. Nesta luta concreta dos trabalhadores percebe-se como Marx parte da análise do real para construir a sua análise política e ensaiar novos passos de uma teoria da revolução.

Marx movimenta-se em diversos momentos de sua trajetória como homem de ação e teórico da revolução, no estreito limiar do desenrolar da luta, pois a história não tem clemência com aqueles que claudicam. Ele sempre demonstrou não ter receio do relógio da história e, no fogo da luta, suas análises sempre souberam responder ao processo em curso. A história da Comuna foi um episódio típico do que se compreende como revolução permanente, cujo princípio pode ser encontrado no jacobinismo e na guerra de movimento. Uma das possibilidades para entender esse princípio é a existência de um Estado frágil, onde a luta pela hegemonia se estabelece de acordo com o conceito gramsciano, a partir do controle da produção, mas não somente na produção⁶.

Em Paris, a contra-revolução tentava encetar os seus golpes. Thiers, então chefe do governo em Versalhes⁷, enviou tropas para recuperar as armas que estavam nas colinas de Montmartre. Os trabalhadores resistiam em diversas partes da cidade. Na madrugada do dia 18 de março de 1871, as forças de Versalhes sob o comando do general Lecomte tentaram se apoderar dos canhões de Montmartre e encontram uma

⁶ A hegemonia articula-se com a possibilidade um modo de produção diferenciado e sob o comando da classe operária. Constitui, assim, um contra-poder que parte da produção e cria uma alternativa de reforma moral.

⁷ O historiador e jornalista, Adolfe Thiers, foi eleito em fevereiro de 1871 para a Assembléia Nacional, e logo foi indicado para a chefia do governo, onde teve um papel brutal na repressão contra-revolucionária a comuna.

vigorosa resistência de homens e mulheres, que partiram para o enfrentamento. Sob o comando de Louise Michel⁸, dirigiram-se aos soldados do governo, impedindo-os de atirar contra o povo. Como a tropa não aceitou massacrar os Comunistas, e ficou do lado da rebelião da cidade, o general que ordenou o massacre foi preso e fuzilado. Com a eclosão da autodefesa dos trabalhadores diante da contra-revolução, começava a Comuna de Paris, e o rastilho dessa forma de resistência se espalhou pela cidade: na Bastilha, em Belleville e em outras tantas partes.

O comitê central da guarda nacional assumiu o poder em Paris e realizou eleições para o Conselho da Comuna, no dia 26 de março:

Votaram duzentos e oitenta e sete mil (287.000) eleitores. Número relativamente superior ao de fevereiro de 1871 nas eleições à Assembléia Nacional. No dia 27 de março, na presença de cerca de duzentas mil (200.000) pessoas em clima de grande festa, os eleitos são empossados no hotel de Ville e é proclamada a Comuna (Costa, 1998:69).

A Comuna construindo a história

Do contexto histórico que antecede à Comuna de Paris, podem-se extrair três primeiras lições: 1. a Comuna apresentou-se como consequência da guerra franco-prussiana; 2. o momento aberto pela derrota em Sedan consolidou um vazio político e, na arena da batalha, manifestaram-se as forças do governo de defesa nacional, do governo provisório, do poder estabelecido pelas massas insurretas no seu espontaneísmo e, finalmente, no governo operário da Comuna; 3. neste ciclo, percebe-se um padrão histórico para o entendimento das revoluções, ainda que não constituído como um dogma. Trata-se de um padrão que facilita a compreensão da revolução proletária, em períodos históricos recentes, marcados pelas lutas democráticas e revolucionárias, em guerras e revoluções. São sinais históricos observados na Comuna em Paris e que se manifestaram na revolução russa (1917) e em outras revoluções, no decorrer do século XX.

Em janeiro de 1870, o assassinato de um jornalista pelo primo do imperador gerou grandes manifestações, com mais de 200 mil pessoas nas ruas⁹. A

⁸ Louise Michel (1830-1905) teve um papel destacado como integrante da Comuna. Era professora que organizou a luta e combateu no front. Com a derrota da comuna, foi presa, e em seu julgamento, retrucando aos seus inimigos de classe, no papel de juizes a serviço da burguesia, afirmou: pertenço por inteira à revolução social e declaro assumir a responsabilidade de meus atos. Foi condenada e deportada.

⁹ O Príncipe Pierre Bonaparte, acreditando na impunidade, assassinou o jornalista republicano, Vitor Noire. Isto gerou uma grande comoção entre as massas, que saíram as ruas, gritando “Vingança!” e “Viva a república”.

compreensão de que a guerra não era interessante para a França mobilizou o conjunto das forças populares, principalmente operárias, na tentativa de articular ações diretas. Contavam com a participação massiva dos agitadores dos clubes de debates¹⁰, em que se transformaram as reuniões públicas na França.

Com a Comuna no exercício do autogoverno dos trabalhadores, foram implantadas as medidas que entraram para a história da humanidade. As comissões de trabalho da Comuna tiveram preocupações excepcionais com a questão da justiça, da segurança pública, finanças, instrução pública, medidas militares, saúde, trabalho e comércio, serviços públicos e relações exteriores, tudo isso articulado numa comissão executiva. Esse papel executivo estava imbricado com a função legislativa, e todos os mandatos eram revogáveis – representando uma nova e histórica forma de ação política.

Sob essa forma política, transparece uma dualidade do poder, que se afirma no contraponto à ordem burguesa e avança quando a Comuna começa a destruir o aparelho do Estado da burguesia. O conjunto de medidas tomadas contra a ordem burguesa e as ações para impor uma nova democracia configurava uma possibilidade de transição. As medidas e ações da natureza política definidas pela Comuna, principalmente aquelas advindas da comissão de trabalho e produção, avançavam na ruptura com a ordem burguesa – em consonância com as variadas formas de se analisar o processo de transição¹¹, da história das idéias marxistas. Esse processo de transição pode ser apreendido como uma marcha da história que permite o entendimento dos embates democráticos, das lutas radicais, de guerra e revolução, da quebra do aparato de Estado da burguesia, da constituição dos trabalhadores como classe dominante e da socialização do poder político.

Contudo, no fogo da batalha, a Comuna cometeu erros na sua efêmera existência de 72 dias: não confiscou a propriedade dos meios de produção, limitando-se ao controle social das fábricas (oficinas) que os donos haviam abandonado na fuga de Paris; não marchou no primeiro momento sobre Versalhes, quando as tropas do governo de Thiers encontravam-se desorganizadas; não confiscou o dinheiro do banco de França, que estava financiando as ações contra-revolucionárias do governo de Versalhes; não promoveu a necessária articulação entre o campo e a cidade; não abriu os arquivos da França, nos quais estavam as mais

¹⁰ O debate girava em torno de questões sobre o socialismo, ocorriam em grandes salões, eram reuniões públicas com grande participação popular e contavam com a presença de figuras históricas que se transformaram em grandes agitadores sociais.

¹¹ Como afirma José Paulo Netto (1990: 87), “A transição socialista, ou seja, o período histórico que compreende a realização dessas tarefas, a etapa entre a liquidação do domínio político-econômico da burguesia e a emancipação de todas as classes na supressão do proletariado enquanto classe – a transição socialista, na ótica do pensamento socialista revolucionário nas suas matrizes ‘clássicas’, constitui precisamente o tempo sócio-histórico em que, simultaneamente, se opera a socialização da economia e a socialização da política (do poder político)”.

sórdidas estórias da burguesia e da monarquia; não organizou e disciplinou as ações de combate das tropas da Comuna- um poderoso conjunto de homens e mulheres que estavam com sede de luta e motivados para transformar o mundo em que viviam.

Mas muitos batalhões estavam sem chefes desde 18 de março; os guardas nacionais, sem quadros; os generais improvisados, que assumiam a responsabilidade de liderar quarenta mil homens, não tinham qualquer conhecimento militar, nem jamais haviam conduzido um batalhão ao combate. Não tomaram as providências mais elementares, não reuniram nem artilharia, nem carregamento de munição, nem ambulâncias, esqueceram de fazer uma ordem do dia, deixaram os homens sem víveres por várias horas numa bruma que lhes penetrava os ossos. Cada federado seguiu o chefe que quis. Muitos não tinham cartuchos, pois acreditavam, como diziam os jornais, que se tratava de um simples passeio militar (Lissagaray, 1991: 143).

Pode-se considerar que a Comuna foi o primeiro Estado Operário¹², e que iniciou o processo histórico de revolução proletária da era contemporânea. Há também a consideração apresentada por Gramsci (1987) e pelo historiador francês, Jacques Rougerie (1977), de que a Comuna concluiu a revolução burguesa, iniciada em 1789. Tal consideração parece não se confirmar, quando observadas as características da Comuna: composição social, medidas e ações. A Comuna iniciou o ciclo das revoluções proletárias e se consolidou como perspectiva revolucionária –considerando que a reprodução social passa pela afirmação da ordem do capital, pela submissão do trabalho assalariado e pela dominação de classe, através do Estado.

Ainda que as revoluções variem em sua forma de produção e em suas perspectivas sociais, a Comuna mostrou o seu caráter proletário e internacionalista¹³. Percebeu aquilo que está no Manifesto Comunista, ou seja, que o Estado é um comitê para administrar os negócios da burguesia. Por isso, os Comunistas insistiram em destruir esse Estado moderno a serviço da propriedade privada e da sua hegemonia

¹² Como afirmava Marx (1977: 67), “Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para levar adiante dentro de si a emancipação econômica do trabalho”.

¹³ É importante registrar a presença de militantes internacionais que lutaram nas fileiras da Comuna, tornando real a frase de Marx, “Proletários de os todos países, uni-vos”. Havia trabalhadores de vários países europeus em Paris, particularmente vindos da Bélgica. Passaram pela Comuna internacionalistas que tiveram papéis extraordinários, a exemplo de Léo Frankel, operário húngaro que foi o comissário de justiça da Comuna e que realizou uma grande obra social. Também os militares poloneses Wroblewski e Dombrowski que lideraram as tropas comunardas. Este último, como comandante militar da Comuna, lutou até os últimos dias da façanha histórica. Morreu em combate no dia 23 de maio e se transformou em herói da república universal, assim como tantos outros lutadores anônimos.

moral - efetivando a afirmação de Marx, nas palavras de Lênin (1980: 247): “A idéia de Marx consiste em que a classe operária deve quebrar, demolir a ‘máquina de Estado que encontra montada’, e não limitar-se simplesmente à sua conquista”.

Com a Comuna, surgiu a possibilidade de efetivação de um poder socializado que emergia da produção, transformava o caráter político de classe no poder dos trabalhadores associados de Paris. Mesmo com a sua derrota, colocou na lixeira da história o espasmo reacionário de Thiers de que o socialismo estava acabado por muito tempo. No início do século XX, com o mesmo padrão histórico, entraram em cena os trabalhadores, camponeses e soldados da Rússia, que se levantaram para constituírem os *soviets*. A revolução russa atualizou a Comuna em um período de forte onda revolucionária.

Ao examinar a quebra da estrutura do Estado burguês, pela Comuna de Paris, Marx encontrou a forma política da ditadura do proletariado: a primazia da classe trabalhadora no controle do Estado, para possibilitar a questão da transição para uma sociedade sem Estado. Assim, as lições da Comuna (mas não seus exemplos) enriquecem a noção de “transição” -de uma forma de Estado para outra, até a promoção de uma sociedade sem Estado.

A partir do bonapartismo, Marx considerou que a burguesia também inaugurou a sua ditadura de classe¹⁴. O caráter universal da Comuna consolidou um momento intermédio, de transição para a ditadura do proletariado, através da luta pela conquista do Estado, por um governo dos trabalhadores (exército popular) em armas - capaz de elaborar e executar novas leis.

Para além dos seus erros ou incompreensões extremamente plurais, algumas questões permanecem emblemáticas: 1. a Comuna foi inspiradora da luta pelo socialismo e, pela sua composição social, foi operária (Rougerie, 1964); 2. suas ações partiram do contexto da luta de classes, numa dimensão de representação dos trabalhadores¹⁵. Sobre o questionamento do caráter socialista da Comuna,

¹⁴ Trotski (2002:174) considera, a partir da análise que Marx faz do bonapartismo, que este é “a única forma de governo aceitável numa época em que a burguesia perdeu a capacidade de governar o povo, e em que a classe operária ainda não adquiriu essa capacidade”. Afinal, “não é democracia, mas, sim, o bonapartismo que representa, do ponto de vista de Marx, a fase final do poder da burguesia”.

¹⁵ Como discutia Engels, “Assim, o caráter de classe do movimento de Paris, que antes ficara relegado a segundo plano pela luta contra os invasores estrangeiros, ocorreu do dia 18 de março em diante com traços enérgicos e claros. Como os membros da comuna eram todos, quase sem exceção, operários ou representantes reconhecidos dos operários, as suas decisões distinguiam-se por um marcado caráter proletário. Estas decisões, ou decretavam reformas que a burguesia republicana apenas tinha renunciado a implantar por covardia, mas constituíam uma base indispensável para a livre ação da classe operária (como, por exemplo, a implantação do princípio de que, no que diz respeito ao Estado, a religião é um assunto puramente privado) ou iam diretamente ao encontro do interesse da classe operária e, em parte, abriam profundas fendas na velha ordem social” (Engels, 2003:79).

devido à insuficiência das medidas de transformação no campo da produção (como se encontra em *Para a Crítica da Economia Política*), entende-se que, para Marx, não há uma perspectiva de marcha linear do desenvolvimento das forças produtivas para um momento de transição, mas o desenvolvimento das forças produtivas e seu choque com as relações de produção. Isso implica reforçar o papel das lutas de classes no processo de transição, fato que a Comuna demonstrou em sua luta concreta. Teoricamente, parece clara a inspiração da Comuna na formulação da teoria da revolução de Marx, pois empreendeu a luta pelo socialismo, diferentemente do princípio do igualitarismo apreendido pelos anteriores lutadores sociais.

A natureza de classe e as ações da Comuna confirmaram, portanto, que a história da luta dos trabalhadores é uma história das lutas contra-hegêmonicas. O momento de transição principia com a destruição do aparato burocrático da burguesia e da elaboração de medidas capazes de estabelecer a ruptura com a ordem do capital: “A simultaneidade destas transformações não é uma petição teórica acidental. Traduz a requisição, inferida de análises sócio-históricas particulares, que pode garantir o trânsito à sociedade sem classes” (Netto, 1990: 87).

A Comuna surgiu da dualidade de poder e se efetivou na práxis revolucionária, a partir do conjunto das medidas implementadas, ainda que momentaneamente, pela conquista possibilitada pela vitória nas lutas de classe. Essa transição não se efetivou, mas a radicalidade da prática dos Comunardos indica o sentido da auto-emancipação dos trabalhadores em sua marcha para o socialismo.

A análise das lutas empreendidas pela Comuna, no seu curto poder, confirmam a profunda grandeza com que se revestiu essa façanha emancipatória: a inovadora junção das atribuições executivas e legislativas (sem a tradicional separação burguesa dos poderes) e a possibilidade de revogação dos mandatos, a qualquer momento, a partir do interesse daqueles que elegeram. O judiciário adotou eleições e os juízes eram eleitos para os tribunais civis. A ordem pública foi mantida sem abalos, pois, a partir da fuga do governo provisório para Versalhes, Paris transformou-se numa cidade muito segura, com a ordem pública mantida pelo povo em armas.

É importante resgatar o papel extraordinário das mulheres na Comuna, como a já citada professora Louise Michel, como Jeanne-Marie que também lutou nas barricadas da semana sangrenta, e muitas outras que criaram a *União de Mulheres para defesa de Paris*, em oito de abril de 1871. Somaram-se a esses esforços, as medidas da AIT (aprovadas no Congresso de Genebra) de separação do Estado da Igreja e da transformação do ensino confessional em educação laica e gratuita – considerada fundamental para a emancipação humana.

Além da Comuna de Paris, ocorreram outras, em Lyon, Saint-Etienne, Marselha, Creusot, Toulouse, Narbonne e Limoges, todas de curtíssima duração¹⁶. O massacre final entre 27 e 18 de maio de 1871 derrotou a Comuna de Paris, com um saldo de mais de 30 mil assassinatos, 40 mil presos, trabalhos forçados, deportação. Mesmo com a violenta derrota, e com o papel da imprensa burguesa, trabalhadores saíram às ruas em solidariedade aos Comunardos, em Londres, Bruxelas, Berlim, Genebra, Zurique e várias partes do mundo.

Considerações finais

A partir da derrota da Comuna em 1871, consolidou-se a contra-revolução burguesa. Contudo, no início do século XX, com o advento da primeira guerra mundial (1914-28), uma nova vaga revolucionária recomeçou. Com a presença do sujeito coletivo, ou operador político, o partido de classe promoveu a revolução russa de 1917, e os *soviets* tomaram o poder.

A Comuna deixou a lição de que é possível um poder de transição desarticular a repressão política e socializar o exercício do poder político. Primeiro passo para a transição, o governo operário é uma democracia de novo tipo, tendendo a ser socialista, como diria Marx. A Comuna conseguiu se atualizar de forma brilhante com a revolução russa, afirmaria o principal dirigente da revolução de outubro, Lênin. Esta compreensão política foi realçada por Trotski (2002:155): “Por fim, tínhamos por trás de nós a heróica Comuna de Paris, de cuja queda havíamos tirado a dedução de que aos revolucionários compete prever os acontecimentos e preparar-se para eles”.

Os Comunardos tombaram nas trincheiras de Paris, foram fuzilados no muro do cemitério de Père-Lachaise, mas a sua história tornou-se a luta dos trabalhadores modernos. Afinal, esses heróis do muro dos federados estiveram lá em defesa da humanidade. Para todos os que levantaram a bandeira vermelha, o grito da história sempre será de vida longa à memória dos que lutaram.

¹⁶ “A partir de Paris, o esforço de sublevar a província restringiu-se ao envio de alguns delegados às cidades maiores. Mesmo com a bravura e o heroísmo dos insurgentes não foi possível obter vitória expressiva” (Costa, 1998:91).

Bibliografia

- COSTA, S. (1998). *Comuna de Paris. O proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo: Anita Garibaldi. Goiânia: Editora UCG.
- ENGELS, F. (2003). A guerra civil na França, introdução de 1891. In: COGGIOLA, O. (org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã.
- GRAMSCI, A. (1987). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JVOSTVOV, V. M; ZUBOK, L. I. (1976). *História contemporânea*. Lisboa – Porto: Centro do brasileiro.
- LÊNIN, V. I. (1980). O Estado e a Revolução. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 2.
- LISSAGARAY, P-O. (1991). *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio.
- MARX, K. (1977). *A guerra civil na França*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- _____. (1977). *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1977). *Textos*. São Paulo: Alpha-Ômega.
- _____. (1998). *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez.
- NETTO, José Paulo. (1990). *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- ROUGERIE, J. (1964). *Procès des communards*. Paris: Jougliard.
- _____. (1977). *La Commune de 1871*. Paris: PUF.
- TROTSKI, L. (2002). A Comuna de Paris e a Rússia dos Soviéticos. In: COGGIOLA, O. (org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã.